

Os Efeitos dos Anos Eleitorais Sobre os indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Brasileiros

CYNTHIA FERNANDA SALES PRAXEDES

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

ANTÔNIO ERIVANDO XAVIER JUNIOR

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Resumo

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o efeito do ano eleitoral sobre os indicadores de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, mais especificamente sobre dois indicadores, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) consolidado, que abrange 3 vertentes ligadas ao desenvolvimento humano, que são: emprego e renda, educação e saúde e o IFDM emprego e renda. Para alcançar os resultados, foram utilizados os dados publicados durante o período de 2005 a 2016, compreendendo três ciclos eleitorais. A amostra do IFDM consolidado foi composta por 4.921 municípios, totalizando 59.052 observações, enquanto que na amostra do IFDM emprego e renda foram observados 5.073 municípios, somando 60.876 observações, durante os 12 anos de análise. As variáveis dependentes correspondem aos IFDMs e as variáveis independentes consistem em *dummies* que indicam se é Ano Eleitoral (AE) ou não. Além disso, foram utilizadas as variáveis de controle que representam as regiões brasileiras e o logaritmo natural da população (POP). Os dados foram analisados mediante a técnica econométrica de regressão com dados em painel com efeitos fixos e por meio do teste de média. De acordo com os resultados, há evidências de que o ano eleitoral tem efeito positivo sobre os indicadores do IFDM consolidado, haja vista que nesse período os índices são maiores que em anos não eleitorais, por outro lado, o IFDM emprego e renda tem efeito eleitoral negativo, ou seja, analisando-o separadamente identificou-se que em ano eleitoral ele tende a ser menor, dessa forma, pode-se dizer que os índices voltados para a saúde e educação talvez sejam os mais afetados pela varável independente, haja vista que nessa condição a média do IFDM consolidado aumentou 1,73%, enquanto o índice emprego e renda, analisado individualmente, sofreu um decréscimo de 1,32%.

Palavras-chave: Ciclos Políticos, Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico, Anos Eleitorais.

1 Introdução

Os ciclos políticos e os indicadores socioeconômicos são variáveis que têm indícios de que possuem relacionamento direto, tendo em vista que a primeira está ligada a influência de cunho político no comportamento econômico de um determinado país ou região, enquanto a segunda está associada ao desenvolvimento social e ao provimento dos bens e serviços essenciais à qualidade de vida do cidadão, prestados, geralmente, pelas organizações públicas. Assim, a pesquisa de Downs (1957) partiu da hipótese que os *policymakers* (formuladores de políticas) elaboram políticas públicas com o objetivo de obter fins lucrativos e manter-se no poder.

Nesse sentido, esta pesquisa fundamenta-se na Teoria dos Ciclos Políticos, tendo como principal precursor internacional: Downs (1957), que afirma que em uma soberania popular os partidos políticos tendem a aumentar os resultados positivos para obter da sociedade uma melhor receptividade e alcançar êxito eleitoral. No contexto nacional podem-se citar vários autores (SAKURAI, 2005; SAKURAI, 2009; VICENTE; NASCIMENTO, 2012; MORAIS; QUEIROZ; SOUZA, 2017) a exemplo menciona-se Bartoluzzio, Miranda, Queiroz & Martins (2018), que faz uma abordagem entre os ciclos políticos e os gastos públicos com educação, identificando que o desenvolvimento na função educacional pode colaborar para a prorrogação do grupo político na gestão.

Complementarmente, estudos internacionais (BRENDER; DRAZEN, 2005; KATSIMI; SARANTIDES, 2012; KLOMP; HAAN, 2013; KLEIN; SAKURAI, 2015) e nacionais (QUEIROS, 2015; QUEIROZ, SOUZA, MORAIS & SILVA, 2016; SILVA, XAVIER JÚNIOR, MORAIS & SOUZA, 2017; XAVIER JÚNIOR, FREITAS, MEDEIROS, & LUCENA, 2018), mais recentes, comprovam a presença dos ciclos políticos e sua influência nas questões fiscais, orçamentárias e racionais dos eleitores sobre a reeleição dos candidatos.

Nordhaus (1975) constatou que os governantes tendem a articular resultados que pareçam mais visíveis e vantajosos para a sociedade, melhorando os aspectos econômicos da localidade, em períodos pré-eleitorais, com a intenção de manter-se no cargo público, além disso, aborda que há um *trade-off* ligado ao nível de desemprego e a taxa inflacionária, relação denominada curva de *Phillips*. Em paralelo, pressupõe que os eleitorados têm a memória curta e tendem a observar as situações do presente com maior rigor em relação às promessas realizadas no passado, sendo assim, políticos usam métodos que possam contribuir para aumentar suas chances de reeleição, dedicando atenção aos investimentos, na maioria das vezes, em anos eleitorais.

No entanto, Rogoff e Sibert (1988) vão de encontro com a concepção de Nordhaus em relação aos pensamentos dos eleitorados, pois para eles há uma desigualdade no acesso as informações por parte dos cidadãos, tendo em vista que os dados são manipulados pelos agentes políticos e, sendo assim, afeta a análise dos elementos de competência do candidato que está no poder.

Rogoff (1990) criou o modelo de ciclos político-orçamentários, chamado *political budget cycle*, que consiste em avaliar os aspectos que compõem o orçamento público, a partir de então argumenta que os governantes tendem a expandir não só as variáveis macroeconômicas, como também as variáveis fiscais que são mais perceptíveis pelos cidadãos. Queiroz (2015) também observou que os gestores públicos operam as despesas orçamentárias em direção dos seguimentos que são mais observados pelos cidadãos, como despesas orçamentárias e investimentos, a fim de auferir benefícios para si e/ou para seu grupo político e manter-se no poder público.

Nessa perspectiva, Silva, Xavier Júnior, Morais & Souza (2017) faz uma abordagem sobre os gastos com as funções orçamentárias nos estados brasileiros, e concluiu que, em anos

eleitorais, os governadores que estão realizando o seu primeiro mandato tendem a aumentar os gastos com urbanismo e transporte e promover, com mais habitualidade, políticas públicas e projetos sociais que contribuam para o bem estar da sociedade.

Com isso, percebe-se que há indícios de que os ciclos político-orçamentários podem influenciar algumas alterações que ocorrem nos indicadores socioeconômicos, em períodos eleitorais. Nesse contexto, surge o seguinte questionamento: **quais os efeitos dos anos eleitorais sobre os indicadores de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros?**

O objetivo geral desse estudo é analisar os efeitos dos anos eleitorais sobre os indicadores de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. Para atingi-lo, essa pesquisa analisa os dados socioeconômicos dos municípios brasileiros, para isso, considera os índices publicados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), durante os anos de 2005 a 2016, adotando, então, três ciclos eleitorais, que pode colaborar também para identificar se as alterações que ocorreram ao longo dos anos nos indicadores socioeconômicos têm alguma influência de cunho político-eleitoral objetivando a continuidade dos gestores no poder.

Dessa forma, o presente tema de pesquisa justifica-se por apresentar contribuições à literatura nacional sobre os ciclos eleitorais, tendo em vista que os estudos já desenvolvidos não tratam diretamente de sua relação com os indicadores socioeconômicos, mas o relacionam com as variáveis fiscais (ROGOFF & SIBERT, 1988; SAKURAI; MENEZES FILHO, 2008; QUEIROZ, 2016); políticas macroeconômicas (NARDHAUS, 1975); e aspectos que envolvem funções orçamentárias (SAKURAI, 2009; XAVIER JÚNIOR, FREITAS, MEDEIROS, & LUCENA, 2018), que, de certa forma, influenciam os índices que afetam a ordem econômica e social.

Por outro lado, essa pesquisa também pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento da percepção dos cidadãos e tomadores de decisões em relação às ações desenvolvidas pelos governantes, em favor da sociedade com o propósito de reduzir os índices de pobreza. Nessa perspectiva, se diferencia das pesquisas já realizadas, por fazer uma relação direta com as questões que envolvem o desenvolvimento socioeconômico municipal e o nível de emprego e renda.

2 Referencial Teórico

2.1 Teoria dos Ciclos Políticos

A fundamentação da Teoria dos Ciclos Políticos teve início com o trabalho de Downs (1957), em que teve como base a teoria econômica e partiu do pressuposto de que os partidos políticos tendem a conduzir suas atividades com o propósito de garantir meios que favoreçam os interesses particulares e de cunho político-eleitoral dos governantes, isto é, a maioria dos agentes, na divisão de trabalho, tem, além da função social, a intenção de adquirir privilégios individuais, então elaboram meios que possam colaborar para uma avaliação positiva na visão dos cidadãos, e aspectos que contribuam para auferir votos e manter-se no poder.

Nessa perspectiva, Downs (1957) investigou como os governantes se comportam e tomam suas decisões baseadas nos seguintes aspectos: a) no âmbito em que os indivíduos têm acesso à informação de forma mais coerente e gratuita; b) onde a sociedade tem acesso à informação inconsistente e onerosa. No primeiro caso, para as pessoas determinarem seus votos, elas têm a tendência de avaliar qual governo lhe trará mais vantagens, por consequência, os detentores de cargos políticos buscam agir de uma maneira que favoreça toda a sociedade. Já no segundo caso, os eleitores que não têm muito conhecimento não conseguem definir qual autoridade administrativa proporcionará mais políticas benéficas para

eles, dessa forma, os cidadãos que dispõem de uma melhor percepção política tendem a persuadir esses indivíduos com o intuito de alcançar interesses próprios, sendo assim, esses persuasores são mais privilegiados pelos partidos governamentais e alcançam mais proveitos, haja vista que eles têm a capacidade de influenciar o voto de alguns eleitores (DOWNS, 1957).

Posteriormente, seguindo o raciocínio de Downs de que os governantes adotam caminhos que colaboram para manter-se no poder, Nordhaus (1975) adotou como método de estudo a curva de *Phillips*, denominada relação de *trade-off* entre a taxa de desemprego e a inflação, para ele, essas variáveis se comportam de maneira inversa, no mais, ele considera que os eleitores priorizam os acontecimentos recentes para decidir qual partido trará mais benefícios para o seu grupo.

Assim sendo, Nordhaus (1975) declara que em período próximo as campanhas eleitorais os governantes criam estratégias para combater o nível de desemprego e expandir a economia a uma taxa relativamente aceitável pela população, considerando que isso é algo avaliado pelo eleitorado e, conseqüentemente, contribui para aumentar suas chances de reeleição. Complementarmente, MacRae (1977) corrobora com Nordhaus (1975) e aborda que os ciclos políticos podem ser decorrentes dos ciclos de negócios, levando em consideração a possibilidade de haver influência de cunho governamental no comportamento econômico, além do mais, para ele, os gestores encaram um *trade-off* entre desemprego e inflação pois se o eleitorado tiver uma visão mais voltada para o presente o cenário pode parecer estável e, por conseguinte, amenizar a chance de perda de votos.

Por outro lado, Rogoff e Sibert (1988) alegam que a presença dos ciclos políticos vai além dos aspectos abordados pela curva de *Phillips*, e declara que ela está presente em medidas que sejam adotadas pelo governo com a intenção de parecer competente, em época de campanha, dando origem aos ciclos eleitorais. Além do mais, para os autores em questão, o período eleitoral proporciona para a sociedade um governo mais eficiente, considerando que entidade executiva trabalha com mais efetividade para tornar-se visivelmente mais atraente e alcançar o objetivo de manter-se no cargo, entretanto, os autores abordam que pode haver manipulações nos dados macroeconômico e fiscal com o intuito de “sinalizar” que tudo está devidamente “perfeito”, podendo originar, em longo prazo, uma elevada inflação ou uma distorção nos impostos.

Rogoff (1990) aponta que há presença de ciclos político-orçamentários nas questões fiscais, e que em períodos eleitorais os *policymakers* (formuladores de políticas) ampliam parâmetros na política fiscal que são facilmente perceptíveis pelos eleitores, como a redução de taxas de impostos, o aumento de gastos nas despesas públicas de custeio e investimento social, considerando as implicações que afetam o bem-estar da sociedade.

Posteriormente, com o intuito de compreender se os eleitores paulistas são racionais e até onde eles avaliam a competência dos candidatos de forma segura e confiável, Sakurai (2005) usou como referência dados da pesquisa realizada por Petterson-Lidbom (2001) com a intenção de observar a presença de ciclos eleitorais racionais em 3 períodos de campanha (1992, 1996 e 2000) e distinguir as abordagens realizadas por Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990), todavia, segundo o autor, o resultado alcançado com a amostra do estudo diverge dos achados de Petterson-Lidbom, uma vez que demonstrou que os eleitores de 572 municípios de São Paulo votam de forma inconsciente.

Sakurai (2009) buscou avaliar indícios a respeito de ciclos eleitorais e partidários em algumas despesas que compõem o orçamento das prefeituras brasileiras, no período de 1990 a 2005, o autor analisou aspectos como: a) agricultura; b) saúde e saneamento; c) transporte; d) assistência e previdência; e) comunicações; f) habitação e urbanismo; g) legislativo e h) educação e cultura. O objetivo do estudo foi identificar se os gastos executados nessas funções em anos eleitorais são divergentes do período não eleitoral. O resultado encontrado

mostrou que os ciclos eleitorais são observados com mais intensidade em atividades como saúde e saneamento, assistência e previdência, habitação e urbanismo e transporte visto que são aspectos, geralmente, mais apreciados pelos eleitores. Em vista disso, percebe-se que enquanto algumas despesas sofrem redução, funções com maior visibilidade pela sociedade comportam-se de forma expansionista. Adicionalmente, a avaliação evidenciou a presença dos ciclos partidários, e identificou que partidos tanto de esquerda quanto de direita dispensam maior dedicação para os trabalhos voltados à saúde e saneamento, entretanto, empregam menores custeios nas funções habitação e urbanismo e educação e cultura (SAKURAI, 2009).

Nakaguma e Bender (2010) procuraram identificar se existe a presença de ciclos eleitorais nas questões fiscais dos estados brasileiros e quais aspectos políticos e econômicos são relevantes para influenciar os votos dos indivíduos, durante a temporada de 1990 a 2002. Com o estudo, os autores observaram que em período próximo ao pleito os ciclos políticos são mais intensos e parte dos eleitores recompensam governantes que fazem uso de políticas oportunistas, mas, também foi possível concluir que ao longo dos anos a extensão dos ciclos eleitorais está sendo depreciada devido à percepção, aos conhecimentos e vivência dos eleitores em eleições passadas. Dessa forma, percebe-se que uma parte dos eleitores consegue observar e punir as estratégias oportunistas adotadas pelos governantes (NAKAGUMA E BENDER, 2010).

Com a intenção de demonstrar como podem ocorrer manipulações fiscais com o propósito eleitoral de reeleição, Vicente e Nascimento (2012) analisou os demonstrativos contábeis de 5.564 municípios brasileiros, nos exercícios de 1997 a 2008. Os resultados encontrados evidenciaram que a maximização dos gastos com investimentos corrobora para a reeleição do governante ou do partido aliado. Além do mais, os autores abordam que os gestores são “oportunistas” e corrobora com os estudos de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990) ao declarar que os políticos podem fazer uso de “manobras” nas políticas fiscais para conseguir ser reconduzido ao cargo, segundo eles, isso se dá devido à desigualdade das informações do eleitor.

Mais tarde, Bartoluzzio, Miranda, Queiroz & Martins (2018) trataram sobre como a influência entre os ciclos políticos e a eficiência dos investimentos públicos em educação podem ter relação com a recondução dos partidos políticos, o estudo evidenciou que em anos de eleição os governantes utilizam artifícios que demonstrem para a população que eles são competentes, além disso, observou-se que os partidos que prezam pela eficiência no âmbito educacional são recompensados e têm maior probabilidade de reeleição, dessa forma, o cenário adotado pelos gestores, em ano eleitoral, talvez pode impactar os resultados dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico, haja vista que os gastos empenhados com educação, por exemplo, pode contribuir para aumentar o índice de desenvolvimento educacional.

Nesse contexto, já que foi abordado que os ciclos políticos podem influenciar as funções orçamentárias e as variáveis fiscais, com o propósito de apresentar-se para os eleitores como gestores eficientes e, por conseguinte, conquistar benefícios políticos, essa pesquisa diferencia-se dos estudos já realizados por buscar identificar se os indicadores de desenvolvimento socioeconômico municipal, como saúde, educação e emprego e renda, também podem sofrer manipulação, em período de pleito eleitoral, em decorrência dos interesses particulares dos governantes.

2.2 Ciclos Político-Eleitorais nos Indicadores Socioeconômicos

Os estudos relacionados a aspectos que tratam sobre os indicadores socioeconômicos são limitados, mas podem citar-se como base os achados de Nordhaus (1975) que foi o

responsável por elaborar e introduzir na teoria o modelo titulado *political business cycle* (ciclo de negócios políticos), sendo o primeiro autor a discutir sobre como as variáveis macroeconômicas podem ser afetadas pelos fatores políticos, segundo o qual os governantes utilizam estratégias políticas por meio do *trade-off* entre nível de desemprego e taxa de inflação para alcançar a continuidade no poder. Para ele, o momento econômico influencia no resultado eleitoral, sendo assim, essas duas variáveis estão sujeitas a constantes oscilações, modificando-se de acordo com as eleições e com os interesses privados dos gestores. Todavia, ainda segundo Nordhaus (1975), em curto prazo, essa estratégia pode impulsionar o grau de inflação, tendo em vista que proporciona um crescimento no consumo dos indivíduos, por isso, para tentar equilibrar o nível da demanda agregada, logo após as eleições, os agentes públicos desenvolvem políticas monetárias contracionistas.

Adicionalmente, Hibbs (1977) também segue o raciocínio de Nordhaus (1975), entretanto, para ele a estratégia adotada pelos gestores entre a relação taxa de desemprego e inflação deve levar em consideração os valores de cada cidadão, haja vista que eleitores que têm uma condição social de baixo poder aquisitivo preferem um cenário econômico com baixo desemprego e alta taxa de inflação, em contrapartida, os indivíduos com poder aquisitivo mais elevado optam por alto índice de desemprego e uma inflação controlada, dessa forma, os políticos investem em ferramentas macroeconômicas que beneficie o seu eleitorado e, conseqüentemente, corrobore para seus interesses próprios (HIBBS, 1977)..

2.3 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

Apreciando as investigações abordadas até o momento, essa pesquisa alinha-se aos estudos realizados por Nordhaus (1975) e Hibbs (1977) objetivando examinar evidências de ciclos político-eleitorais nos indicadores socioeconômicos e não nas variáveis fiscais ou nas funções orçamentárias. As variáveis utilizadas serão os índices que representam a educação, saúde e emprego e renda, publicados anualmente pela Firjan.

O IFDM consolidado, de acordo com a Firjan, trata-se de um indicador consolidado relacionado ao desenvolvimento socioeconômico municipal, que aborda a média dos resultados obtidos de três vertentes ligadas ao desenvolvimento humano, que são: emprego e renda, educação e saúde, podendo variar entre 0 e 1, e significa que quanto mais perto de 1, melhor o desenvolvimento da região.

Por outro lado, o IFDM emprego e renda, segundo a Firjan, compartilha a análise de geração de emprego formal e a capacidade de absorção da mão de obra municipal, além disso, demonstra a geração de renda e sua distribuição no mercado de trabalho. Considerando 50% para cada uma das duas variáveis. Esse índice também varia entre 0 e 1, e quanto mais perto de 1, melhor o desenvolvimento econômico local.

A tabela apresentada a seguir trata-se da categorização, descrita pela Firjan, das variações dos indicadores, com o intuito de contribuir para a análise dos resultados.

Tabela 1 Classificação acerca das variações dos indicadores socioeconômicos

| Variação | Classificação e interpretação dos dados |
|------------------------------------|---|
| Municípios com o IFDM de 0 a 0,4 | Considerados com baixo desenvolvimento |
| Municípios com o IFDM de 0,4 a 0,6 | Desenvolvimento regular |
| Municípios com o IFDM de 0,6 a 0,8 | Desenvolvimento moderado |
| Municípios com o IFDM de 0,8 a 1,0 | Alto desenvolvimento |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

2.4 Estudos Anteriores

Esta seção destina-se a apresentar alguns estudos internacionais e nacionais que buscaram retratar a presença dos ciclos políticos. A tabela 2 retrata o resumo de algumas pesquisas internacionais que demonstram a influência desses ciclos nas variáveis fiscal, macroeconômica e nas funções orçamentárias, levando em consideração a probabilidade de reeleição dos gestores públicos e a racionalidade dos eleitores no momento de escolha de seu representante político.

Tabela 2 Resumo de trabalhos que abordam estudos acerca dos Ciclos Políticos Internacionais

| Autores | Área de pesquisa | Principais resultados obtidos |
|-----------------------------|-------------------------|--|
| Downs (1957) | País | Os governantes formulam estratégias políticas que contribuam para alcançar benefícios próprios. |
| Nordhaus (1975) | Países | Gestores tendem a manipular os aspectos econômicos, em períodos pré-eleitorais, com a intenção parecer mais eficiente e de manter-se no poder. |
| MacRae (1977) | País | Os ciclos políticos têm relação com a influência dos governantes nos aspectos econômicos. |
| Rogoff e Sibert (1988) | Países | Há uma assimetria de informação entre o eleitorado e os governantes. |
| Brender (2003) | Municípios Israelenses | Governos com resultados negativos influenciam na desvalorização de seu mandato. |
| Brender e Drazen (2005) | Países | Manipulações das políticas fiscais estão presentes tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento |
| Drazen e Eslava (2010) | Municípios colombianos | Em anos eleitorais os gestores tendem a empenhar mais recursos em despesas de capital, enquanto que as despesas correntes decrescem. |
| Katsimi e Sarantides (2012) | Países | Em ano de campanha eleitoral, os governantes tendem a manipular as despesas orçamentárias: dedicando mais recursos às despesas correntes e minimizando as despesas de capital. |

Fonte: Elaboração própria (2020).

De acordo com os estudos internacionais, citados acima, percebe-se que a presença dos ciclos políticos é relativa, e pode estar evidente nas variáveis fiscais e nas funções orçamentárias. Brender e Drazen (2005) corroboram com Brender (2003) ao afirmarem que os gestores podem adotar meios estratégicos com a intenção de alcançar interesse próprio, e que governos com dívidas elevadas e resultados negativos influenciam negativamente na sua recondução ou do seu grupo político, haja vista que os eleitores são considerados “conservadores” fiscais.

Por outro lado, Katsimi e Sarantides (2012) e Drazen e Eslava (2010) abordam que os ciclos políticos também podem ser observados nas funções orçamentárias, porém, enquanto Drazen e Eslava (2010) acreditam que os governantes dedicam-se as despesas de capital, Katsimi e Sarantides (2012) defendem que os recursos são mais investidos em despesas correntes, levando em consideração que são mais visíveis pelo eleitorado.

A tabela 3 apresenta uma síntese sobre os trabalhos mais recentes produzidos no Brasil. As pesquisas abrangem municípios e estados brasileiros e objetivam evidenciar a presença dos ciclos políticos nos fatores relacionados às funções fiscais e orçamentárias.

Tabela 3 Resumo de trabalhos que abordam estudos acerca dos Ciclos Políticos Nacionais

| Autores | Abrangência da Pesquisa | Principais resultados obtidos |
|------------------------|-------------------------------------|---|
| Klein e Sakurai (2015) | Municípios brasileiros (2001a 2008) | Os artifícios adotados pelos prefeitos de primeiro mandato e de segundo mandato são consideravelmente divergentes durante o período de pleito. Os prefeitos de primeiro mandato manipulam dados fiscais orçamentários com o intuito de demonstrar para a sociedade um governo competente. |

| | | |
|---|---|---|
| Queiroz, Araújo, Morais & Silva (2015) | Municípios dos estados do Nordeste (2012) | Gastos com pessoal, com investimento, educação e esporte e lazer contribuem favoravelmente para a reeleição do prefeito e de seu grupo político. |
| Silva, Xavier Júnior, Morais & Souza (2017) | Estados brasileiros (2003 a 2014) | Governantes que estão cumprindo o primeiro mandato empenham-se com mais vigor nas funções educação, cultura e esporte e lazer, se comparados aos que exercem o segundo mandato. Porém, partindo para os anos eleitorais, os gestores investem com mais efetividade em despesas que são mais visíveis pelo eleitorado, como saúde, segurança e urbanismos. |
| Queiroz (2017) | Estados brasileiros (2004 a 2015) | A composição dos gastos públicos sofre maior alteração no primeiro ano de mandato do gestor e não no ano eleitoral, haja vista que o ano de eleição não atua significativamente na composição do orçamento público. |
| Morais, Queiroz e Souza (2017) | Municípios paraibanos (2009 e 2016) | A presença de restrições legais pode minimizar os ciclos político-orçamentários, em anos eleitorais. |
| Xavier Júnior, Freitas, Medeiros, & Lucena (2018) | Municípios brasileiros (2003 e 2016) | Maiores aplicações de recursos nas funções administração, assistência social e urbanismo podem colaborar para a recondução dos prefeitos e partidos políticos. Além do mais, os gestores podem manipular a composição das despesas públicas com a intenção de auferir interesses próprios ou de seu grupo. |

Fonte: Elaboração própria (2020).

Klein e Sakurai encontraram indícios de que os governantes podem adotar “manobras” nas variáveis fiscais com a intenção de ganhar votos e reforça o achado de Drazen e Eslava (2010) ao demonstrar que os prefeitos tendem a aumentar o investimento de capital e reduzir as despesas correntes. Por outro lado, Xavier Júnior, Freitas, Medeiros, & Lucena, (2018) corroboram com Silva, Xavier Júnior, Morais & Souza (2017) e Queiroz (2017) ao encontrarem evidências de que, em anos eleitorais, os gestores tendem a aumentar os investimentos nas funções orçamentárias que são mais visíveis pela sociedade, com a intenção de garantir sua manutenção no poder público. Em contrapartida, Queiroz (2017) encontrou que as alterações nos gastos públicos são mais visíveis no primeiro ano de mandato e não em ano eleitoral. Posteriormente, Morais, Queiroz e Souza (2017) identificaram que a redução da presença de ciclos políticos, em anos eleitorais, pode ser decorrente das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pelas Leis Eleitorais.

Levando em consideração as pesquisas apresentadas acima, percebe-se que os ciclos políticos podem estar presentes nas variáveis analisadas, podendo ser encontrados não só nos dados orçamentários como também nos indicadores de gerenciamento fiscal. Além disso, observa-se que os resultados eleitorais podem ser impactados devido às estratégias políticas adotadas com o intuito de obter vantagens próprias.

3 Metodologia

3.1 Amostra da Pesquisa e Coleta de Dados

Essa pesquisa possui natureza descritiva e quantitativa, o objeto de análise refere-se aos municípios brasileiros. A escolha da amostragem para a realização desse estudo levou em consideração a acessibilidade e a disponibilidade dos dados. A amostra utiliza os dados anuais publicados durante o período de 2005 a 2016, compreendendo três ciclos eleitorais e abrangendo 12 anos, levando em consideração que o estudo realizado não restringe-se aos anos eleitorais, tendo em vista que para observar se eles influenciam os indicadores socioeconômicos é preciso analisar também os dados referentes aos anos não eleitorais.

O processo de coleta de dados foi realizado diretamente pela internet, por meio dos sítios da Firjan, para levantar os dados dos indicadores socioeconômicos, e do IBGE, para

coletar a amostra do quantitativo de municípios brasileiros. A amostragem usada refere-se a 5.565 municípios, englobando 26 estados do território nacional e o Distrito Federal - DF, conforme demonstrado na tabela 4:

Tabela 4 Quantidade de municípios por estado

| Estado | Quantidade | Estado | Quantidade | Estado | Quantidade |
|--------|------------|--------|------------|--------|------------|
| 1. AC | 22 | 10. MA | 217 | 19. RJ | 92 |
| 2. AL | 102 | 11. MG | 853 | 20. RN | 167 |
| 3. AM | 62 | 12. MS | 78 | 21. RO | 52 |
| 4. AP | 16 | 13. MT | 141 | 22. RR | 15 |
| 5. BA | 417 | 14. PA | 143 | 23. RS | 496 |
| 6. CE | 184 | 15. PB | 223 | 24. SC | 293 |
| 7. DF | 1 | 16. PE | 185 | 25. SE | 75 |
| 8. ES | 78 | 17. PI | 224 | 26. SP | 645 |
| 9. GO | 246 | 18. PR | 399 | 27. TO | 139 |

Fonte: Elaboração própria (2020).

3.2 VARIÁVEIS UTILIZADAS E MODELO ECONOMÉTRICO

As variáveis utilizadas foram definidas de acordo com o objetivo da pesquisa. As variáveis dependentes estão relacionadas aos indicadores socioeconômicos publicados pela Firjan, que são: IFDM consolidado e o IFDM emprego e renda, enquanto a variável independente de interesse, que consistem em *dummies*, levam em consideração os quesitos apresentados na tabela 5, conforme a seguir:

Tabela 5 Descrição da variável independente de interesse

| Variável | Nomenclatura | Classificação | Descrição |
|---------------|--------------|---------------|-------------------|
| Ano Eleitoral | AE | 1 | Ano eleitoral |
| | | 0 | Ano não eleitoral |

Fonte: Elaboração própria (2020).

A variável AE tem como objetivo averiguar a influência do quarto ano de mandato, ou seja, o ano de eleição, sobre o IFDM consolidado e o IFDM emprego e renda, se a condição ano eleitoral for satisfeita, atribui-se nota 1, caso contrário, o valor será 0.

Complementarmente, foram definidas as variáveis de controle: as variáveis *dummies* que representam as cinco regiões do Brasil, e a variável de controle POP que utiliza o logaritmo natural da população de cada município brasileiro. No primeiro caso, foi analisado se há influências demográficas sobre os índices examinados, e se o ano eleitoral influencia os indicadores socioeconômicos, posteriormente foi observado a qual região o município pertence e se a localidade pode influenciar os resultados dos índices estudados. A tabela 6 apresenta as variáveis de controle detalhadas e sua representação.

Tabela 6 Variáveis de Controle

| Nomenclatura | Descrição |
|--------------|---|
| CO | <i>Dummy</i> que indica se o município pertence à região Centro Oeste |
| N | <i>Dummy</i> que indica se o município pertence à região Norte |
| NE | <i>Dummy</i> que indica se o município pertence à região Nordeste |
| S | <i>Dummy</i> que indica se o município pertence à região Sul |
| SE | <i>Dummy</i> que indica se o município pertence à região Sudeste |
| POP | População municipal |

Fonte: Elaboração própria (2020).

Para analisar os efeitos dos anos eleitorais sobre as variáveis dependentes foi utilizado o teste de média e a técnica econométrica de regressão com dados em painel, visto que a

amostra é constituída por dados seccionais (municípios brasileiros) e temporais (entre os anos de 2005 a 2016), logo, o software adotado a fim de manusear os dados coletados foi o Gretl. A equação 1, apresentada abaixo, retrata o modelo econométrico empregado para testar o efeito dos anos eleitorais sobre os indicadores socioeconômicos.

$$IS_{it} = \beta_0 + \beta_1 QAME_{it} + \beta_2 VCR_{it} + \beta_3 POP_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

IS_{it} = Variável Indicador Socioeconômico do município i , no ano t .

$QAME_{it}$ = Variável que indica se o gestor exerce o quarto ano de mandato eleitoral.

VCR_{it} = Variável de controle que indica a qual região o município pertence.

POP_{it} = Variável de controle que consiste no logaritmo natural da população do município.

ε_{it} = Termo de erro.

4 Descrição e Análise dos Dados

Para alcançar o objetivo central dessa pesquisa, com o intuito de identificar se há efeito dos anos eleitorais sobre os indicadores socioeconômicos, foram analisados todos os municípios brasileiros, desde os considerados de pequeno porte aos de grande porte, como a variação no montante de indivíduos por municípios dá-se entre 805 a 10.659.386 de habitantes, foi utilizado o logaritmo natural da população para amenizar a disparidade do porte de cada município. O estudo da influência do ano eleitoral sobre as variáveis dependentes (IFDM consolidado e IFDM emprego e renda) consistiu na análise de dois painéis, um para cada IFDM, adotando a técnica econométrica de regressão com dados em painel e o teste de média.

Levando em consideração que alguns municípios não publicaram os dados para os 12 anos analisados, fez-se necessário excluir da amostra aqueles que em algum período não publicou o índice relativo ao respectivo painel estudado. A tabela 7 apresenta a quantidade de cidades, por estado, retiradas da amostra do IFDM consolidado, totalizando 644 municípios:

Tabela 7 Quantidade de Municípios excluídos por Estado - IFDM consolidado

| Estado | Quantidade | Estado | Quantidade | Estado | Quantidade |
|--------|------------|--------|------------|--------|------------|
| 1. AC | 8 | 10. MA | 80 | 19. RJ | 0 |
| 2. AL | 15 | 11. MG | 65 | 20. RN | 9 |
| 3. AM | 20 | 12. MS | 2 | 21. RO | 2 |
| 4. AP | 6 | 13. MT | 10 | 22. RR | 12 |
| 5. BA | 64 | 14. PA | 27 | 23. RS | 102 |
| 6. CE | 21 | 15. PB | 16 | 24. SC | 22 |
| 7. DF | 0 | 16. PE | 7 | 25. SE | 8 |
| 8. ES | 11 | 17. PI | 41 | 26. SP | 38 |
| 9. GO | 20 | 18. PR | 13 | 27. TO | 25 |

Fonte: Elaboração própria (2020).

Dessa forma, a análise para o IFDM Consolidado abrangeu 4.921 dos 5.565 municípios publicados no censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo assim, totalizaram 59.052 observações durante os 12 anos estudados. Com relação ao IFDM emprego e renda, também foram retirados da amostra aqueles municípios que em algum período não tinham os dados disponíveis para a análise, conforme a tabela a seguir:

Tabela 8 Quantidade de Municípios excluídos por Estado - IFDM emprego e renda

| Estado | Quantidade | Estado | Quantidade | Estado | Quantidade |
|--------|------------|--------|------------|--------|------------|
| 1. AC | 8 | 10. MA | 80 | 19. RJ | 0 |
| 2. AL | 15 | 11. MG | 51 | 20. RN | 5 |
| 3. AM | 20 | 12. MS | 2 | 21. RO | 2 |
| 4. AP | 7 | 13. MT | 11 | 22. RR | 12 |
| 5. BA | 62 | 14. PA | 27 | 23. RS | 18 |
| 6. CE | 20 | 15. PB | 12 | 24. SC | 11 |
| 7. DF | 0 | 16. PE | 5 | 25. SE | 5 |
| 8. ES | 11 | 17. PI | 40 | 26. SP | 18 |
| 9. GO | 14 | 18. PR | 12 | 27. TO | 24 |

Fonte: Elaboração própria (2020).

Logo, foram excluídos 492 municípios da análise do IFDM emprego e renda, portanto observados 5.073 municípios, somando 60.876 observações.

Para analisar se os anos eleitorais influenciam os indicadores socioeconômicos dos municípios brasileiros, foram realizadas observações em duas óticas diferentes, uma para o IFDM consolidado, que engloba o desenvolvimento socioeconômico municipal e está relacionado ao índice de emprego e renda, educação e saúde, e a outra para o IFDM emprego e renda, para isso, foram utilizadas as variáveis de controle que consistem em *dummies* e indica a qual ponto demográfico o município pertence. Para dá início a análise dos dados coletados foi verificada a média dos índices municipais, por região, independente de ser ano eleitoral (AE) ou ano não eleitoral (ANE), conforme tabela 9:

Tabela 9 Média de indicadores socioeconômicos, por região, independente de AE e ANE

| Regiões | IFDM consolidado | IFDM emprego e renda |
|----------------|------------------|----------------------|
| CO | 0,6502 | 0,5408 |
| N | 0,5636 | 0,4936 |
| NE | 0,5515 | 0,4703 |
| S | 0,7123 | 0,5788 |
| SE | 0,6779 | 0,5542 |
| Média Nacional | 0,6353 | 0,5288 |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Averiguando os dados apresentados acima, observa-se que a média do indicador consolidado é maior que a média do indicador emprego e renda, e as regiões Sul e Sudeste possuem os índices mais expressivos.

Dando continuidade as observações, foram executadas duas análises, uma atendendo a perspectiva de ser o quarto ano de mandato do gestor e a outra levando em consideração não ser o ano eleitoral. A princípio foi realizado o teste de média para o IFDM consolidado e IFDM emprego e renda, levando em consideração a variável de controle região demográfica brasileira, e foram encontrados os resultados de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 10 Média de indicadores socioeconômicos, por região, considerando o AE e ANE

| Regiões | IFDM consolidado | | IFDM emprego e renda | |
|----------------|------------------|--------|----------------------|--------|
| | AE | ANE | AE | ANE |
| CO | 0,6605 | 0,6467 | 0,5318 | 0,5438 |
| N | 0,5849 | 0,5564 | 0,4875 | 0,4956 |
| NE | 0,5764 | 0,5432 | 0,4634 | 0,4726 |
| S | 0,7197 | 0,7098 | 0,5654 | 0,5833 |
| SE | 0,6820 | 0,6766 | 0,5429 | 0,5579 |
| Média Nacional | 0,6483 | 0,6310 | 0,5189 | 0,5321 |

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Analisando os dados do IFDM consolidado apresentados acima, observa-se que em ano eleitoral todas as regiões tiveram seus indicadores aumentados, tendo em vista que nesse período as médias foram maiores, porém, o norte e o nordeste são as que mais sofreram modificações em seus índices, variando em torno de 2,85% e 3,32%, respectivamente, pode-se dizer que os índices de desenvolvimento econômico social, como educação e saúde, aumentaram, sendo assim, os resultados apontam parcialmente para os achados de Nordhaus (1975), que demonstrou que em períodos eleitorais os gestores tendem a aumentar os aspectos econômicos. Vale ressaltar que quanto mais o indicador se aproxima de 1 mais desenvolvida é a região, dessa forma, por mais que o Norte e Nordeste sejam as que mais sofreram mutações no índice consolidado, em período eleitoral, mesmo assim ainda continuam sendo consideradas regiões em desenvolvimento regular, tendo em vista que seus índices estão classificados na categoria de variação, dada pela Firjan, de 0,4 a 0,6, enquanto que o Centro Oeste, Sul e Sudeste estão enquadradas em regiões em desenvolvimento moderado, haja vista que possuem os indicadores mais elevados e estão dentro da condição de variação de 0,6 a 0,8.

Partindo para a análise dos dados apresentados para o IFDM emprego e renda, a pesquisa identificou que, ao contrário dos achados para o IFDM consolidado, os índices das regiões diminuem em ano eleitoral e as regiões Sul e Sudeste são as que mais sofrem declinações em seus indicadores, 1,79% e 1,5%, respectivamente.

Seguindo a análise para a média nacional brasileira, foi realizado o teste de média geral para ambos os índices, e encontrados os resultados conforme tabela 11.

Tabela 11 Teste de Média Nacional

| Variáveis | IFDM Consolidado | IFDM Emprego e Renda |
|---------------------|------------------|----------------------|
| Média em AE | 0,6483 | 0,5189 |
| Média em ANE | 0,6310 | 0,5321 |
| Variância em AE | 0,0125 | 0,0182 |
| Variância em ANE | 0,0150 | 0,0183 |
| Stat t | 15,9522 | -10,3781 |
| P (T<=t) uni-caudal | 0 | 0 |

Nota: Para o IFDM consolidado, em ano eleitoral, foram realizadas 14.763 observações e 44.289 para o ano não eleitoral. Já para o IFDM emprego e renda, foram analisados 15.219 municípios em ano eleitoral e 45.657 em ano não eleitoral.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Comparando os dados, percebe-se que a média geral do IFDM consolidado tende a aumentar em anos eleitorais, variando em torno de 1,73%, se comparada a média do ano não eleitoral, em contrapartida, a média geral do IFDM emprego e renda tende a diminuir em anos eleitorais, em torno de 1,32%, dessa forma, levando em consideração os dados apresentados com base no teste T, é possível dizer que as médias de cada IFDM são estatisticamente diferentes.

Observando os resultados demonstrados acima, pode-se dizer que em anos eleitorais os gestores tendem a aumentar os indicadores relacionados à saúde e educação, dessa forma, podem corroborar parcialmente não só com os resultados de Silva et. al. (2017), que observou que os gestores investem com mais efetividade em áreas mais visíveis pelo eleitorado, como saúde, como também com os achados de Bartoluzzio, Miranda, Queiroz & Martins (2018), que identificou que os governantes prezam pela eficiência educacional, haja vista maior possibilidade de ser reconhecido pela população e alcançar êxito eleitoral, já o resultado do índice de emprego e renda contrapõe parte do estudo de Nordhaus (1975), pois ele encontrou que em tempos eleitorais a taxa de emprego tende a aumentar, devido às estratégias adotadas pelos governantes, com o intuito de continuar no poder.

Partindo para os demais testes realizados, o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov aponta que a distribuição de resíduos não é normal, entretanto, segundo Gujarati (2006) essa normalidade pode ser flexibilizada baseando-se no Teorema de Limite Central, haja vista que a amostra é considerada grande, pois foram estudados mais de 59.000 observações para cada IFDM e, além disso, o teste em painel foi realizado utilizando-se o erro padrão robusto. O teste de White revela que não há problema de heterocedasticidade, e o teste de Chow aponta que não há quebra estrutural nos painéis, já os testes de diagnóstico dos painéis revelaram a presença de efeito fixo.

Nessa perspectiva, o poder de explicação do modelo de teste em painel utilizado para o IFDM consolidado é de 15,45% e 17,33% para o IFDM emprego e renda. A tabela 12 demonstra os resultados acerca do efeito do ano eleitoral sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios brasileiros, sendo utilizadas como variáveis de controle as regiões nacionais e o logaritmo natural da população. A região Centro Oeste foi excluída devido à colinearidade exata.

Tabela 12 Efeito do ano eleitoral sobre os indicadores socioeconômicos

| Variáveis | IFDM Consolidado | IFDM Emprego e Renda |
|----------------|------------------|----------------------|
| Constante | 0,614477*** | 0,214634*** |
| POP | 0,00248688*** | 0,0330688*** |
| AE | 0,0173777*** | -0,0131314*** |
| N | -0,0658381*** | -0,0222549*** |
| NE | -0,0486534*** | -0,0241984*** |
| S | 0,0155622*** | 0,0243037*** |
| SE | 0,0312731*** | 0,0309222*** |
| R ² | 0,154497 | 0,173279 |
| Teste F | 1555,71 | 1124,8 |

Nota: O símbolo *** representa a significância estatística de 1%. A região CO foi excluída devido à colinearidade exata.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Por meio dos dados apresentados na tabela 12, é possível identificar que a variável POP apresenta influência positiva sobre os dois índices analisados, sendo assim, o município que tem a população maior tem mais chance de apresentar o IFDM mais expressivo, dessa forma, pode haver influências demográficas sobre os indicadores, sendo assim, corrobora com Morais, Queiroz e Souza (2017) que identificaram em seus testes que a população, como variável de controle, pode influenciar estatisticamente o índice de gastos com pessoal, nesse caso, influencia o IFDM. Já a variável AE influencia positivamente o IFDM consolidado, no nível de significância estatística de 1%, por outro lado, observa-se que o IFDM emprego e renda, analisado individualmente, é afetado de forma negativa no nível de 1%.

Com relação às regiões, observa-se que o Norte e o Nordeste apresentam efeito negativo para ambos indicadores, ou seja, os índices dos municípios pertencentes a uma dessas duas localidades tendem a ser menor que os das regiões Sul e Sudeste, haja vista que independente de ser ano eleitoral ou não seus resultados socioeconômicos são menores que nas outras duas regiões.

5 Considerações Finais e Recomendações

Essa pesquisa teve como objetivo analisar os efeitos do ano eleitoral sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios brasileiros. Para alcançar os resultados, foram utilizados o teste de média e a técnica de regressão com dados em painel com efeitos fixos, aplicando-os na amostra composta por 59.052 municípios para o IFDM consolidado e 60.876

para o IFDM emprego e renda, durante o período de 2005 a 2016, abrangendo três ciclos eleitorais.

No teste de média, a estatística descritiva identificou que o ano eleitoral tem efeito positivo sobre os indicadores do IFDM consolidado, haja vista que nesse período os índices são maiores que em anos não eleitorais, esse aumento talvez se dê pelo fato de que segundo Silva, Xavier Júnior, Morais & Souza (2017) os governantes elevam os gastos em funções que sejam mais apreciadas pelo eleitorado, a exemplo eles citam a saúde, já Queiroz, Araújo, Morais & Silva (2015) encontraram que o acréscimo em despesas orçamentárias como educação pode colaborar para a recondução do partido político do prefeito municipal, sendo assim, esse crescimento orçamentário no âmbito da saúde e da educação pode ser uma das causas que contribuem para o aumento do IFDM, tendo vista que pode-se dizer que a maioria dos gestores ou partidos políticos têm o intuito de continuarem no poder, dessa forma, criam estratégias para influenciarem os eleitores e, conseqüentemente, alcançarem os seus objetivos.

Por outro lado, o IFDM emprego e renda tem efeito eleitoral negativo, ou seja, analisando o indicador emprego e renda separadamente, identificou-se que em ano eleitoral ele tende a ser menor, dessa forma, é possível fazer uma comparação com os achados de Morais (2016), que analisou o índice de gasto com pessoal, nos municípios paraibanos, e encontrou que a variável ano eleitoral não influencia significativamente o índice com pessoal e também não afeta as chances de recondução dos partidos políticos.

Baseando-se nos resultados encontrados nessa pesquisa, conclui-se que o efeito do ano eleitoral sobre o IFDM consolidado é positivo e os índices voltados para a saúde e educação talvez sejam os mais afetados pela variável independente, haja vista que nessa condição a média do IFDM consolidado aumentou 1,73%, enquanto o índice emprego e renda, analisado individualmente, teve efeito negativo, pois a sua média em ano eleitoral sofreu um decréscimo de aproximadamente 1,32%, dessa forma, os achados do teste de média com base no teste T, identificou que os indicadores do ano eleitoral são estatisticamente diferentes das médias do ano não eleitoral, e a análise econométrica demonstrou que as variáveis dependentes sofrem influência estatística no nível de 1%,

Para pesquisas posteriores, sugere-se que sejam analisados, separadamente, os índices de saúde e educação, com o intuito de identificar qual desses indicadores possui maior influência no aumento encontrado no IFDM consolidado, e, conseqüentemente, qual o índice foi mais afetado pelo efeito ano eleitoral.

6 Referências

- Bartoluzzio, A. I. S. S. Miranda, L. C., Queiroz, D. B., & Martins, V. G. (2018). *Ciclos Políticos e Eficiência dos Gatos com Educação: Evidências nos Municípios Paraibanos*. In: XII Congresso Anpcont, 2018, João Pessoa. Anais do XII Congresso Anpcont.
- Brender, A., & Drazen, A. (2005). Political budget cycles in new versus established democracies. *Journal of Monetary Economics*, v. 52, p. 1271-1295.
- Brender, A. (2003). The effect of fiscal performance on local government election results in Israel: 1989-1998. *Journal of Public Economics*, v. 87, p. 2187-2205.
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, v. 65, n. 2, p. 135-150.

- Drazen, A., & Eslava, M. (2005). Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence. *NBER Working Paper*, n, 11085.
- Hibbs Junior., D. A. (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, v. 71, n. 4, p. 1467-1487.
- Katsimi, M., & Sarantides, V. (2012.) Do elections affect the composition of fiscal policy in developed, established democracies? *Public Choice*, v. 151, p. 325-362.
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015) Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, v. 37, p. 21-36.
- Klomp, J., & Haan, J. (2013). Political budget cycles and election outcomes. *Public Choice*, v. 157, p. 245-267.
- Macrae, C. D. (1977). A political model of the business cycle. *Journal of Political Economy*, v. 85, n. 2, p. 239-263.
- Morais, L. M. F. , Queiroz, D. B., & Sousa, R. G. (2017). *Ciclo Político no Índice de Gasto com Pessoal: Um Estudo nos Municípios Paraibanos*. In: 3º Congresso UnB de Contabilidade e Governança, 2017, Brasília. Anais do 3º Congresso UnB de Contabilidade e Governança.
- Morais, L. M. F. (2016). *Ciclo político no índice de gasto com pessoal: um estudo nos municípios paraibanos*. Mossoró, RN: s. n, 2016. 20 f.
- Nordhaus, W. D. (1975). The Political Business Cycle. *The Review of Economic Studies*, v. 42, n. 2, p. 169-190.
- Queiroz, D. B. (2015). *Composição dos Gastos Públicos e Resultados Eleitorais: Um estudo nos municípios brasileiros*. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, DF, Brasil.
- Queiroz, D. B., Araújo, A. O., Moraes, L. M. F, & Silva, V. K. R. (2015). *Composição do Gasto Público e Resultados Eleitorais: Um Estudo nos Municípios Nordestinos no ano de 2012*. *Recont – Registro Contábil*, 6, 38-56.
- Queiroz, D. B., Souza, A. G. S. F., Moraes, L. M. F, & Silva, V. K. R. (2016). *Mandatos Eleitorais e Ciclos Políticos Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros*. In: X Congresso Anpcont, 2016, Ribeirão Preto. Anais do X Congresso Anpcont.
- Queiroz, D. B. (2017). *Influência do Ano Eleitoral, da Mudança de Gestor Público e do Mandato Eleitoral Sobre Mudanças na Composição dos Gastos Públicos nos Estados Brasileiros*. In: XI Congresso Anpcont, 2017, Belo Horizonte. Anais do XI Congresso Anpcont, 2017

- ROGOFF, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*, v. 80, n. 1, p. 21-36.
- Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *Review of Economic Studies*, v. 55, n. 1, p. 1-16.
- Sakurai, S. N. (2009). Ciclos Políticos nas Funções Orçamentárias dos Municípios Brasileiros: Uma Análise para o Período 1990 –2005 Via Dados em Painel. *Estudos Econômicos*. v. 39, p. 39-58.
- Sakurai, S. N. (2005). Testando a hipótese de ciclos eleitorais e racionais nas eleições dos municípios paulistas. *Estudos Econômicos*, v. 35, n. 2, p. 297-315.
- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. A. (2008). Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. *Public Choice*, v. 137, p. 301-314.
- Silva, V. K. R., Xavier Júnior, A. E., Moraes, L. M. F, & Souza, A. G. S. F. (2017). *Mandatos eleitorais e ciclos políticos orçamentários: um estudo nas funções orçamentárias dos estados brasileiros*. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo.
- Vicente, E. F. R., & Nascimento, L. S. (2012). A efetividade dos Ciclos Políticos nos Municípios Brasileiros: Um Enfoque Contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, p. 106-126.
- Xavier Júnior, A. E., Freitas, F. L., Medeiros, J. T, & Lucena, A. L. C. P. (2018). *Ciclos Políticos X Funções Orçamentárias: Um Estudo Acerca da Influência dos Anos Eleitorais Sobre as Despesas Orçamentárias dos Municípios Médios Brasileiros*. In: USP International Conference in Accounting, 18, 2018, São Paulo. Anais eletrônicos... Fipecafi: São Paulo.